

RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA GRACIOSA

Ano económico de 2018

1. INTRODUÇÃO E ÂMBITO DOS TRABALHOS

1.1 Procedemos à revisão das contas desse Município relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a Certificação Legal das Contas com data 12 de abril de 2019.

1.2 O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

- (1) Reuniões com responsáveis do Município e leitura das atas respetivas, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
- (2) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas nos Anexos.
- (3) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras orçamentais e patrimoniais com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
- (4) Análise do sistema de controlo interno, com vista a planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, de imobilizado e imobilizado em curso, proveitos diferidos, caixa e bancos, acréscimos e diferimentos, custos e perdas e proveitos e ganhos e transferências concedidas e transferências recebidas, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados.
- (5) Realização dos testes substantivos seguintes que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - a) Confirmação dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, efetuando os procedimentos alternativos que considerámos necessários quando não obtivemos resposta direta de terceiros.
 - b) Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pelo Município e do mapa de empréstimos.
 - c) Análise das situações justificativas da constituição de provisões para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos.
 - d) Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao critério de reconhecimento e seu balanceamento, diferimento e acréscimo.
 - e) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social.

2. EXAME AO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

No seguimento das verificações de controlo interno realizadas localmente entre 25 de fevereiro e 1 de março de 2019, vimos trazer ao vosso conhecimento as conclusões mais relevantes a que chegámos.

2.1 COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO e ENDIVIDAMENTO

Verificámos que os compromissos assumidos por pagar ascendem a 145.376 euros (319.028€ em 2017), pela diferença entre total dos compromissos do exercício e o total de despesa paga no exercício. Assumiram-se ainda compromissos para exercícios futuros de 2.701.198 euros (2.052.122 euros em 2017).

Verificámos ainda que em 31 de dezembro de 2018 a autarquia tem uma capacidade de endividamento - líquida das dívidas a pagar - de 4.037 milhares. De acordo com o artigo 52º nº. 3 b) da Lei 73/2013, pode utilizar 20% desse valor mais o montante das dívidas pagas no exercício de 192 milhares, donde uma Margem Disponível por Utilizar de 96i milhares de euros.

O valor dos empréstimos de médio e longo prazo é de 1.288 mil euros (1.451 mil euros em 2017)

2.2 TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS

A evolução dos montantes com transferências entre 2015 e 2018, está no quadro abaixo, onde se refletem as políticas seguidas nesta área.

TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS 2015 a 2018

Classificação	2015	2016	2017	2018
Amigos Animais e Canil	8.400	9.768	9.143	9.104
Apoio à Natalidade	11.200	10.700	10.900	8.900
Bolsa de Estudo	22.059	23.833	26.325	28.622
Competências	110.000	114.000	114.000	130.000
Cultura e Recreio	125.325	116.263	95.255	107.179
Desporto	45.998	88.862	177.432	133.805
Economia	1.220	2.120	1.220	500
Festa Religiosa	175.185	167.785	172.305	200.125
IPRA_SS Estágios	71.113	77.145	52.632	41.530
Pedido de Reembolso de Passagem	4.154	600	756	838
Solidariedade Social	3.873	9.573	5.673	7.027
	578.527	620.649	665.640	667.630
Evolução anual		7,3%	7,2%	0,3%

Não considerámos relevante a diferença de 6 mil entre o valor acima e o valor da demonstração de resultados na rubrica "Transferências e Subsídios correntes concedidos e prestações sociais".

- **Transferências correntes concedidas**

Da reclassificação do mapa 8.3.4.1.2 – Transferências Correntes concedidas – Disposições Legais e Finalidade, resulta o seguinte para os anos de 2015 a 2018.

Chama-se a atenção para o facto das classificações abaixo não resultarem da contabilidade mas de classificação nossa e pode divergir da classificação da contabilidade.

Depois de forte aumento em 2016 e 2017, os valores totais estagnaram em 2018, mas esse resultado resulta do aumento de 16 mil euros, nas transferências para as freguesias por delegação de competências. Sem esse aumento, as transferências globais teriam diminuído. Por rubrica é no Desporto que se regista maior diminuição.

As festas religiosas têm aumentado desde 2016, atingindo 200.125 euros em 2018, onde avulta o valor das transferências de 180.000 euros para a PRODIB, apoio do município às Festas de Santo Cristo, pagos em abril, maio, julho e agosto.

Na altura desta auditoria a PRODIB tinha já apresentado um documento intitulado "Relatório de Atividades" com as realizações nas datas das festas (10 a 16 de agosto) e uma lista com o resumo das despesas e receitas, onde se incluem os 180.000 dos fundos públicos transferidos pelo Município, não sendo acompanhado por qualquer suporte contabilístico, o que voltamos a recomendar.

Ainda transferências para outras entidades de 20 mil euros, classificadas como Festas Religiosas.

ENTIDADE BENEFICIÁRIA	Valor em 2018
PRODIB- Associação de Promoção e Desenvolvimento da Ilha Branca	180.000
Instituto da Segurança Social dos Açores, IPRA, Estágios	41.530
Freguesia do Guadalupe	36.500
Academia Musical da Ilha Graciosa	35.000
Sport Clube Marítimo	34.612
Graciosa Futebol Clube	33.724
Freguesia de Nossa Senhora da Luz	32.500
Freguesia de Santa Cruz da Graciosa	32.500
Freguesia de São Mateus	32.500
Clube Central Recreativo e Desportivo Sporting Clube de Guadalupe	27.609
Santa Cruz Sport Clube	19.473
Associação dos Cinegeticófilos da Ilha Branca	8.604
Fábrica da Igreja Paroquial de Praia	8.450
Filarmónica União Popular Luzense	8.210
Sociedade Filarmónica União Praiense	5.923
Fábrica da Igreja Paroquial de Guadalupe	5.400
AGRAPROME - Associação Graciosense de Promoção de Eventos	5.000
Filarmónica Recreio dos Artistas	4.820
Grupo Desportivo Luzense	4.775
Associação Cultural e Desportiva e Recreativa da Graciosa	4.628
Grupo Desportivo da Mocidade Praiense	4.600
Moto Club Ilha Graciosa	4.320
Clube Naval da Ilha Graciosa	4.240
Total	574.916

Seguem-se as Juntas de Freguesia conforme os Protocolos de delegação de competências, com 32.500€ para cada, exceto Guadalupe que recebeu ainda 4.000 euros para manutenção do Campo de Jogos.

No quadro acima verificamos que as transferências superiores a 4.000 euros representam 86% do total.

3. CONTABILIDADE ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

3.1 ORÇAMENTAL

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A atividade desenvolvida ao longo do ano de 2018, correspondeu - relativamente aos objetivos estabelecidos no Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes - às taxas de execução calculadas nos pontos 4.1 e 4.2.

De forma resumida, destaca-se as seguintes taxas de desempenho:

- O índice de realização do orçamento foi de 85%, a que correspondeu um montante de despesa paga de 5.101.936 euros (4.817.113 euros em 2017);
- A despesa de capital apresentou um coeficiente de realização de 80% (77% em 2017), com um valor de 2.040.102 euros (1.828.853 euros em 2017);
- A despesa corrente realizada apresentou um coeficiente de realização de 88% (91% em 2017), atingindo um valor de 3.061.834 euros (2.988.260 euros em 2017).

Os documentos que espelham a execução orçamental são o mapa de Controlo Orçamental da Receita, o mapa de Controlo Orçamental da Despesa, o mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos e o mapa de Fluxos de Caixa.

Verificamos que a execução orçamental corrente tem um saldo positivo de 685 mil euros, insuficiente para colmatar a diferença entre Receitas e Despesas de Capital, de 861 mil euros, tendo sido utilizado o saldo de gerência anterior no valor de 449 mil euros. Para 2019 transita um saldo de 273 mil euros.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2015-2018	2015	2016	2017	2018
Receita Corrente	3.452.566	3.500.282	3.703.730	3.743.366
Reposições não abatidas	0	0	1.274	3.427
Despesa Corrente	2.647.739	2.702.028	2.988.260	3.061.834
Défice(-)/Superavit(+) corrente	804.827	798.254	716.744	684.959
Receita Capital	416.294	391.332	887.947	1.179.105
Despesa Capital	1.337.670	766.852	1.828.853	2.040.102
Défice(-)/Superavit(+) Capital	-921.376	-375.520	-940.906	-860.997
Défice(-)/Superavit(+) corrente e de capital	-116.549	422.734	-224.162	-176.038
Saldo de gerência anterior	367.317	250.768	673.502	449.336
Saldo gerência acumulado	250.768	673.502	449.340	273.298

3.2 IMOBILIZADO

3.2.1 Mapa Ativo Bruto

Verificámos os aumentos e os saldos finais do mapa de ativo bruto, (financeiro, corpóreo e de domínio público). Verificou-se um aumento de 1.745 mil euros (1 327 mil euros em 2017) ou 5%.

EVOLUÇÃO DO ATIVO BRUTO, 2018-2017, Euros e %					
		2017	2018	Aumento em Valor 2017-2018	Em %
41111	ART- Associação Regional de Turismo	15.000	15.000	0	0,0%
4113	Empresas privadas ou cooperativas	21.663	21.663	0	0,0%
4122	Fundo de Apoio Municipal	242.948	234.270	-8.678	-3,6%
42	Imobilizações corpóreas	15.849.481	16.255.807	406.326	2,6%
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	730.946	730.946	0	0,0%
442030	Campo de Futebol de São Mateus			0	
445011	Rede Viária e Obras Complementares/em curso	6.182	6.182	0	0,0%
44501	Rede de Abastecimento de Água/Em curso	637.892		-637.892	-100,0%
44503	Parque Empresarial da Graciosa/Em curso	106.829	936.352	829.523	776,5%
44504	Canil Municipal/Em curso		9.911	9.911	100,0%
45	Bens de domínio público:	17.432.311	18.578.678	1.146.367	6,6%
	TOTAIS	35.043.252	36.788.809	1.745.557	5,0%

Por amostragem, verificámos os suportes das aquisições de 2018, onde avulta a obra do Parque Empresarial com mais de 800 mil euros. A Rede de Abastecimento de Águas Grotas II foi transferida de em curso para imobilizado definitivo, por estar concluída.

A execução anual do Plano Plurianual de Investimentos foi de 80% (75% em 2017) e a execução das Atividades mais relevantes de 91,6% (92% em 2017). A soma de ambos, as Grandes Opções do Plano, foi realizada a 84,5% (81% em 2017).

3.2.2 Outros Assuntos referentes ao Ativo Bruto

Há a evidência de que parte significativa do Ativo imobilizado do Município não está a ser coberta por seguro adequado, o que se volta a recomendar, pois a autarquia corre riscos que podem ser cobertos por valores ao seu alcance.

Em 2011 foi outorgado com o IROA um contrato válido até 31 de março de 2021, tendo como objeto a operação e manutenção do Sistema de Captação e Distribuição de Água Subterrânea na Zona das Fontes.

Para confirmar o não registo contabilístico deste ativo explorado pelo Município, recomendamos que sejam contactados os serviços regionais, pois a regra é o registo dos bens de domínio público, como será o caso, na contabilidade da entidade que o administra, sem prejuízo da propriedade jurídica.

Recomenda-se o esclarecimento das situações do mapa 8.2.12.1. Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, pois, parte deles têm referência a cedências cujo prazo expirou e sem nota de renovação.

Parte dos terrenos e edifícios de propriedade do Município não estão registados em seu nome, nem na Conservatória Predial nem na Autoridade Tributária, pelo que volta-se a recomendar que sejam efetuados os registos necessários.

3.3 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A participação na empresa de transportes está registada ao valor de aquisição. A sua exploração foi negativa em 2015 (Resultado Líquido negativo de 9.593 €) e positiva em 2016 (Resultado Líquido de 6.821 €), negativa em 2017 (resultado negativo de 3.505 €) e positiva em 2018 (resultado de 1.412€).

A empresa pode ter de ser dissolvida quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo (artigo 62º, nº. 1 d) da lei 50/2012 de 31 de agosto). O relatório de gestão de 2018 apresenta uma diminuição continuada do número de passageiros transportados e dos rendimentos de exploração, pelo que é elevada a probabilidade de vir a averbar resultados negativos no período previsto na lei para a sua dissolução.

3.4 BANCOS

Verificámos as reconciliações bancárias efetuadas pela contabilidade e os valores em trânsito, não tendo nada a assinalar.

Os empréstimos a médio e longo-prazos (Mapa 8.3.6.1.1.) foram confirmados pelos registos do Banco de Portugal.

3.5 ESTADO

A autarquia tem créditos de cerca de 82.300 euros por IVA a reembolsar pelo Estado, cujo pedido de reembolso não foi feito. A este valor acresce o valor de 53.766 de IVA a recuperar registado na conta 218 – Devedores Duvidosos. Recomendamos que os valores a recuperar na declaração de IVA sejam confirmados com os valores das Finanças e concentrados na conta 2437 – Iva a recuperar.

Volta-se a recomendar que seja solicitado o reembolso do IVA, pois não encontramos nenhuma razão para que um direito da autarquia não seja exercido.

Recomenda-se ainda que as contas de IVA liquidado e IVA dedutível sejam separadas pelas taxas de IVA, o que constitui obrigação legal.

A dívida ao Estado em dezembro de 2018 de 12.870 euros, por retenções e encargos de segurança social foram liquidadas em janeiro de 2019.

3.6 DÍVIDAS A TERCEIROS

O valor em dívida a terceiros fornecedores e credores diversos é reduzido, cerca de 10 mil euros a que acrescem as dívidas ao Estado pagas em janeiro de 12 mil euros.

O valor em dívida por empréstimos bancários é de 1.288 mil euros (1.451 mil euros em 2017).

3.7 DÍVIDAS DE TERCEIROS

O valor das dívidas de terceiros (águas, rendas e outros) é de 78.515 euros, saldo na conta 2512 – Devedores pela execução orçamental, anos anteriores.

A este valor deve ser acrescido o valor do IVA contabilizado na conta 2181 no valor de 53.766 euros e o valor do IVA a recuperar em 2017, conta 2437. Tanto num como noutro caso, o IVA é acrescido aos valores em imparidade a provisionar porque o Município não solicita o seu reembolso.

O total em imparidade é pois de 187.367 euros, para o que estão constituídas provisões de 109.190 euros, pelo que não foram constituídas provisões de cerca de 78 mil euros, valor considerável e que tem de ser reanalisado em 2019 para eventual reforço.

A dívida respeitante a fornecimento de água não pago, com antiguidade superior a 6 meses, não é suscetível de execução por se tratar de fornecimentos de bens essenciais com prazo de 6 meses para cobrança.

O valor das rendas em atraso anteriores a 2018 tem também significado. Trata-se de 8 pessoas/entidades com dívida de 27,7 mil euros, uma das quais devendo 13 mil euros e 7 devendo 15 mil euros.

A receber de terceiros	IMPARIDADES 2018
Rendas anteriores a 2018	27.753
Água, anterior 2018	37.804
Outros na 2512	12.958
conta 2512	78.515
IVA a recuperar na 2181a	53.766
Idem em 2017	55.086
Imparidades	187.367
Provisões Dev Duvidosos	-53.223
Provisão IVA	-55.968
Em falta	78.176

3.8 PROVEITOS

Os proveitos registados pelo recebimento de transferências do Estado e Impostos foram confrontados com certidões de receita da DROAP e da Direção de Serviços de Contabilidade do Ministério das Finanças, apresentando os valores em euros abaixo indicados.

Os totais das certidões e dos registos foram conciliados. Na ótica da contabilidade patrimonial, os proveitos diminuíram cerca de 2,8% em 2017 e estagnaram em 2018 tendo-se neste último exercício a estagnação da verba do Orçamento de Estado, o aumento nas águas e saneamento e nos proveitos extraordinários (onde tem grande peso a contrapartida das amortizadas que é financiada).

EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS E GANHOS				
Conta	Designação	2016	2017	2018
71	VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	282.053	268.695	301.700
72	IMPOSTOS E TAXAS	582.337	737.408	703.162
74	TRANSFERÊNCIAS SUBSÍDIOS OBTIDOS	2.856.350	2.929.267	2.935.338
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	67.779	57.882	58.003
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	643.430	316.459	328.026
	TOTAL RENDIMENTOS	4.431.949	4.309.711	4.326.229
	EVOLUÇÃO		-2,8%	0,4%

3.9 CUSTOS

Os custos totais do exercício de 2018 baixaram 2,4% (aumento de 3,6% em 2017), refletindo baixa em todas as rubricas exceto despesas de pessoal (+5%) e Fornecimentos e Serviços Externos (+1,5%).

CUSTOS em 2016,2017 e 2018			
Rubrica	2016	2017	2018
Custo matérias	221	0	
Fornecimentos e Serviços Externos	899.974	1.015.167	1.033.613
Custos com Pessoal	1.119.093	1.227.810	1.290.874
Transferências e Benefícios concedidos	618.149	680.873	661.085
Amortizações do Exercício	934.396	889.205	793.910
Provisões do Exercício	111.393	0	0
Outros Custos e Perdas Operacionais	15.504	16.017	17.077
Custos e Perdas Financeiras	24.604	25.247	22.136
Custos e Perdas Extraordinários	69.833	76.037	19.003
Totais	3.793.167	3.930.356	3.837.698
Evolução custos		3,6%	-2,4%

Os custos estão bem suportados e com a indicação de todo o processo de contabilização e justificação da aquisição da despesa.

No entanto, devemos chamar a atenção para o facto de se terem verificado vários erros de classificação de contas de custos, os quais foram retificados, não se podendo, contudo, garantir que não se verificam erros não detetados. Os erros de classificação não afetam o resultado final por se terem verificado entre contas da mesma rubrica agregadora de custos de Fornecimentos e Serviços Externos.

Nas páginas 74,75 e 76 da prestação de contas estão indicados os lançamentos indevidos por erros de classificação, que não têm reflexos relevantes nas contas finais.

Verificámos os custos de pessoal e não temos nada assinalar.

As amortizações do exercício são as esperadas.

4. Aplicação de resultados

Verificámos a aplicação de resultados no seguimento da aprovação das contas de 2017 e da proposta de aplicação dos resultados do ano.

Os resultados de 2018 atingem 488 mil euros (379 mil euros em 2017).

No fim de 2018, o património da autarquia, conta 51, cobre 31,7 do ativo líquido, a comparar com a obrigação legal de cobertura de 20%.

5. Outras informações

Solicitámos e obtivemos a Declaração do executivo camarário, prevista nas Normas Técnicas.

Finalmente, cumpre-nos informar que apreciamos o Relatório e Conta de Gerência, o qual satisfaz os requisitos legais, e que verificámos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício e os mapas da execução orçamental.

Lisboa, 12 de abril de 2019



António Rosa Zózimo, ROC 954, em representação de A.Zózimo & M.Lourenço, SROC Lda.